

Apresentação do Número 17

Prezados(as) leitores(as), autores(as), editores(as) e demais colaboradores da Revista Discente Ofícios de Clio! É com muito prazer que a Equipe Editorial divulga a edição de número 17 de nossa Revista. Firmando, assim, o nosso compromisso na cooperação para a produção ética, responsável, colaborativa e coletiva das Ciências Humanas, reforçando o nosso propósito de representar um espaço aberto e acolhedor para publicação de discentes da graduação e da pós-graduação em História e áreas próximas.

A presente edição possui dezesseis artigos compondo o Dossiê Temático intitulado *Narrativas, mídias e cultura histórica: olhares a partir do Ensino de História*, proposto pelas doutorandas Natiele Gonçalves Mesquita, da Universidade Federal de Pelotas, e Tayane Ferreira de Almeida, da Universidade Federal de Pernambuco. Não obstante, a edição de número 17 conta ainda com sete artigos, os quais compõem a seção de artigos livres.

Para iniciar a seção permanente de artigos livres, apresentamos o artigo *Entre liberdade profissional e eugenio: o poder médico sobre a vida familiar nas três primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul*, produzido por Fabiane Pacheco da Cunha, graduanda do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O trabalho apresenta discussões sobre a construção de legitimidade da prática médica no início do século XX no RS. Utilizando-se como fontes o jornal *A Federação* e a revista *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, a autora observa os discursos sobre o tema. Em sua análise, Cunha apresenta interlocuções entre o contexto sanitário e de saúde da capital gaúcha, destacando o papel da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e a regulamentação da área médica no estado, apontando para relações entre Estado, Igreja e a área da medicina.

Já versando sobre as discussões de gênero presentes nos mundos do trabalho, temos o artigo *A Invisibilidade do Cuidado: uma análise dos Direitos Maternos e do Trabalho Não Remunerado em Processos Trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas (1940-1950)*, escrito por Andreina Hardtke Corpes, mestrandona Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Este estudo aborda dois desafios contínuos enfrentados pelas mulheres trabalhadoras após a maternidade: o trabalho de cuidado não remunerado e a busca pelo reconhecimento e preservação dos direitos maternos. Utilizando processos trabalhistas arquivados no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel, a autora demonstra como esses problemas persistem na prática, apesar da implementação da Consolidação das Leis do Trabalho, que tem como um dos objetivos a proteção do trabalho feminino e da gravidez.

Ainda no debate sobre a iniquidade de gênero, o artigo *Trabalho e Gênero: as Condições Laborais de Mulheres Pelotenses nos Processos da Justiça do Trabalho (1940-1950)*, de Ariane Regina Bueno Cunha, discute a ampliação do trabalho feminino saindo do ambiente doméstico e adentrando o ambiente do mercado de trabalho formal. A partir dessa discussão, a autora discorre sobre as consequências do processo, focando principalmente na exploração do trabalho feminino pelo capitalismo, evidenciando que o ambiente do trabalho também está marcado pelas questões de gênero. Como fonte documental do artigo, a autora utilizou os processos da Justiça do Trabalho de Pelotas das décadas de 1940 e 1950.

Não longe, debruçando-se sobre as relações entre Educação Patrimonial e a valorização dos direitos trabalhistas, a mestrandona Maria Luiza Fritsch Eloy, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), traz o artigo *Por uma “história a contrapelo”: a importância do patrimônio na discussão sobre direitos trabalhistas na escola*. Para tanto, a autora analisa a mediação realizada com duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental sobre o acervo do Museu Estadual do Carvão, criado para preservar experiências e memórias relacionadas à mineração de carvão na região. Baseado nas ideias de autonomia e recusa aos fatalismos, de Paulo Freire, em uma concepção de Educação Patrimonial que recusa a reprodução de relações de opressão vigentes e na valorização das experiências dos alunos e no conceito de mediação participativa, de Nina Simon, o artigo explora as possibilidades que surgem ao abordar o patrimônio como uma ferramenta de ensino.

Ademais, a seção de artigos livres conta com o artigo *O liberalismo e a igualdade como pilares do Estado Democrático para Norberto Bobbio*, produzido por Edirlei Leandro Boldt, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Thalyta Karina Correia Chediak, mestrandona em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), cujo trabalho analisa os conceitos de liberalismo e igualdade desenvolvidos por Norberto Bobbio. Tendo como principal objetivo analisar como ambos os conceitos podem auxiliar do Estado democrático, desenvolvendo a interlocução deles com o desenvolvimento de outros elementos fundamentais da democracia, como a cidadania, o respeito e o controle do poder.

A seção prossegue com o artigo intitulado “*Macumbando” os saberes: afro religiosidade como dever de resistir*”, escrito por Giselle H. Perna, doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Neste trabalho, a autora realiza uma análise sobre os princípios da religiosidade afro e os processos de resistência surgidos a partir da opressão sofrida pelos escravizados. Desta forma, o artigo discute sobre diversos aspectos relacionados

à racialidade, racismo, colonialidade e sincretismo religioso, realizando um estudo sobre os processos de resistência cotidiana dessas religiosidades e culturas.

Por fim, a seção de artigos livres é finalizada com a produção *Representações de gênero na obra “Verão no Aquário” (1963)*, de Lygia Fagundes Telles, da mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Larissa de Almeida Corrêa, que busca debater as representações de gênero presentes na obra “Verão no Aquário”, de Lygia Fagundes Telles. Publicada em 1963, a obra de Telles critica a sujeição da mulher, dando palco à voz feminina em sua narrativa e dialogando, assim, com as transformações ocorridas na década de 1960. Para tanto, nessa análise, a autora se vale de autores como Chartier e Scott, mobilizando categorias de gênero e representações, estabelecendo, ainda, leituras sobre História Cultural, ao relacionar História e Literatura, considerando a historicidade da literatura, especialmente o lugar da mulher nestes campos.

A vista dos presentes trabalhos publicados, esperamos que as análises e problematizações propostas pelos(as) autores(as) possam semear nos(as) leitores(as) (des)construções que possibilitem novas reflexões e olhares sobre as múltiplas perspectivas que integram a produção do conhecimento das ciências humanas no Brasil. Esperamos, com isso, contribuir para construção e divulgação do saber. Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe Editorial:

Márcia Janete Espig

Amanda Rodrigues Guelso

Bethânia Luísa Lessa Werner

Francine Sedrez Bunde

Laura Bergozza Pereira

Leonardo Silva Amaral

Lucas Viscardi Marques

Víctor Blaskoski Lehugeur